



VIGILÂNCIA SANITÁRIA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE

18/05/2021

ESTABELECIMENTO	LEGISLAÇÃO
<p>ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA</p>	<p>RESOLUÇÃO-RDC Nº 50, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2002 Dispõe sobre o Regulamento Técnico para planejamento, programação, elaboração e avaliação de projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde.</p> <p>LEI nº13.317, de 24/09/1999 Contém o Código de Saúde do Estado de Minas Gerais.</p> <p>LEI Nº 10.098, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000 Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.</p> <p>LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015 Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).</p> <p>LEI MUNICIPAL Nº 4.728/2008 (Norma gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida)</p> <p>NORMAS NBR 9050 (acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos)</p> <p>RESOLUÇÃO ESTADUAL SES/MG Nº 1.559, DE 13/08/2008 Regulamenta consultório odontológico no Estado de Minas Gerais</p>

	<p>PORTARIA MS/SVS N°453 , DE 01/06/1998 Proteção Radiológica em Estabelecimento de saúde.</p> <p>RDC nº 222, DE 28 DE MARÇO DE 2018 Regulamenta as Boas Práticas de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde e dá outras providências.</p>
SERVIÇO DE PRÓTESES DENTÁRIAS	<p>LEI nº13.317, de 24/09/1999 Contém o Código de Saúde do Estado de Minas Gerais.</p> <p>RESOLUÇÃO ESTADUAL SES N° 1.883, DE 25 DE MAIO DE 2009 REGULAMENTA SERVIÇOS DE PRÓTESES DENTÁRIAS</p>
FARMÁCIA	<p>Constituição federal de 1.988 e suas emendas</p> <p>LEI N° 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990 Lei Orgânica de Saúde</p> <p>LEI nº13.317, de 24/09/1999 Contém o Código de Saúde do Estado de Minas Gerais.</p> <p>RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA - RDC Nº 67, DE 8 DE OUTUBRO DE 2007 Dispõe sobre Boas Práticas de Manipulação de Preparações Magistrais e Oficiais para Uso Humano em farmácias.</p> <p>RESOLUÇÃO-RDC Nº 44, DE 17 DE AGOSTO DE 2009</p>

	<p>Dispõe sobre Boas Práticas Farmacêuticas para o controle sanitário do funcionamento, da dispensação e da comercialização de produtos e da prestação de serviços farmacêuticos em farmácias e drogarias e dá outras providências.</p> <p>RESOLUÇÃO - RDC Nº 41, DE 26 DE JULHO DE 2012</p> <p>Altera Resolução RDC Nº 44, de 17 de agosto de 2009, que dispõe sobre Boas Práticas Farmacêuticas para o controle sanitário do funcionamento, da dispensação e da comercialização de produtos e da prestação de serviços farmacêuticos em farmácias e drogarias e dá outras providências, e revoga a Instrução Normativa IN nº 10, de 17 de agosto de 2009.</p> <p>PORTARIA Nº 344, DE 12 DE MAIO DE 1998</p> <p>Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial.</p> <p>Portaria n.º 6 de 29 de janeiro de 1999</p> <p>Aprova a Instrução Normativa da Portaria SVS/MS n.º 344 de 12 de maio de 1998 que instituiu o Regulamento Técnico das substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial.</p> <p>Resolução nº 22 de 28 de abril de 2014</p> <p>Dispõe sobre o Sistema Nacional de Gerenciamento de Produtos Controlados –SNGPC, estabelece a implantação do módulo para drogarias e farmácias e dá outras providências</p> <p>Resolução RDC nº 52, de 06 de outubro de 2011</p> <p>Dispõe sobre a proibição do uso das substâncias anfepramona, femproporex e mazindol, seus sais e isômeros, bem como intermediários e medidas de controle da prescrição e dispensação de</p>
--	---

	<p>medicamentos que contenham a substância sibutramina, seus sais e isômeros, bem como intermediários e dá outras providências.</p> <p>Resolução RDC nº 471, de 23 de Fevereiro de 2021 Dispõe os critérios para a prescrição, dispensação, controle, embalagem e rotulagem de medicamentos à base de substância classificadas como antimicrobianos de uso sob prescrição, isolados ou em associação, listadas em instrução Normativa específica;</p> <p>Resolução RDC nº 275, de 09 de Abril de 2019 Dispõe sobre procedimentos para a concessão, alteração e cancelamento da Autorização de Funcionamento (AFE) e de Autorização Especial (AE) de farmácias e drogarias;</p> <p>Instrução Normativa nº 2, de 13 de Janeiro de 2010 Institui o protocolo eletrônico (on Line)para peticionamento de Concessão, Renovação, Cancelamento e Pedido, Alteração, Retificação de Publicação e Reconsideração de Indeferimento da Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) dos estabelecimentos de comércio varejista de medicamentos: farmácias e drogarias;</p> <p>RESOLUÇÃO - RDC Nº 222, DE 28 DE MARÇO DE 2018 Dispões sobre o regulamento Técnico para o Gerenciamento de resíduos de serviços de saúde;</p> <p>Portaria Nº 93, de 24 de agosto de 1993 Placa informática para ser exposta em farmácias e drogarias</p> <p>Lei Nº 5.991, de 17 de setembro de 1973 Dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos;</p>
--	---

DROGARIA	<p>RESOLUÇÃO-RDC Nº 44, DE 17 DE AGOSTO DE 2009</p> <p>Dispõe sobre Boas Práticas Farmacêuticas para o controle sanitário do funcionamento, da dispensação e da comercialização de produtos e da prestação de serviços farmacêuticos em farmácias e drogarias e dá outras providências.</p> <p>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 9, DE 17/08/2009</p> <p>Dispõe sobre a relação de produtos permitidos para dispensação e comercialização em farmácias e drogarias;</p> <p>RESOLUÇÃO - RDC Nº 41, DE 26 DE JULHO DE 2012</p> <p>Altera Resolução RDC Nº 44, de 17 de agosto de 2009, que dispõe sobre Boas Práticas Farmacêuticas para o controle sanitário do funcionamento, da dispensação e da comercialização de produtos e da prestação de serviços farmacêuticos em farmácias e drogarias e dá outras providências, e revoga a Instrução Normativa IN nº 10, de 17 de agosto de 2009.</p> <p>PORTARIA Nº 344, DE 12 DE MAIO DE 1998</p> <p>Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial.</p> <p>Portaria n.º 6 de 29 de janeiro de 1999</p>
-----------------	---

	<p>Aprova a Instrução Normativa da Portaria SVS/MS n.º 344 de 12 de maio de 1998 que instituiu o Regulamento Técnico das substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial.</p> <p>Resolução nº 22 de 28 de abril de 2014</p> <p>Dispõe sobre o Sistema Nacional de Gerenciamento de Produtos Controlados –SNGPC, estabelece a implantação do módulo para drogarias e farmácias e dá outras providências;</p> <p>Resolução RDC nº 52, de 06 de outubro de 2011</p> <p>Dispõe sobre a proibição do uso das substâncias anfepramona, femproporex e mazindol, seus sais e isômeros, bem como intermediários e medidas de controle da prescrição e dispensação de medicamentos que contenham a substância sibutramina, seus sais e isômeros, bem como intermediários e dá outras providências.</p> <p>Resolução RDC nº 471, de 23 de Fevereiro de 2021</p> <p>Dispõe os critérios para a prescrição, dispensação, controle, embalagem e rotulagem de medicamentos à base de substância classificadas como antimicrobianos de uso sob prescrição, isolados ou em associação, listadas em instrução Normativa específica;</p> <p>Resolução RDC nº 275, de 09 de Abril de 2019</p> <p>Dispõe sobre procedimentos para a concessão, alteração e cancelamento da Autorização de Funcionamento (AFE) e de Autorização Especial (AE) de farmácias e drogarias;</p> <p>Instrução Normativa nº 2, de 13 de Janeiro de 2010</p>
--	--

	<p>Institui o protocolo eletrônico (on Line)para peticionamento de Concessão, Renovação, Cancelamento e Pedido, Alteração, Retificação de Publicação e Reconsideração de Indeferimento da Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) dos estabelecimentos de comércio varejista de medicamentos: farmácias e drogarias;</p> <p>RESOLUÇÃO - RDC Nº 222, DE 28 DE MARÇO DE 2018 Dispões sobre o regulamento Técnico para o Gerenciamento de resíduos de serviços de saúde;</p> <p>Portaria Nº 93, de 24 de agosto de 1993 Placa informática para ser exposta em farmácias e drogarias</p> <p>Lei Nº 5.991, de 17 de setembro de 1973 Dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos;</p> <p>LEI nº13.317, de 24/09/1999 Contém o Código de Saúde do Estado de Minas Gerais</p> <p>ANEXO 16 , de 07/07/2006 SES/MG Requisito observados em projetos de construção e ampliação de área física de drogarias</p>
<p>TRANSPORTADORA E DISTRIBUIDORAS DE ALIMENTOS</p>	<p>Resolução SES / MG nº 6458 de 05/11/2018 Divulga o Regulamento Técnico que estabelece os requisitos mínimos de Boas Práticas de armazenamento, distribuição e transporte de alimentos, incluindo as bebidas e água para consumo humano, embalagens destinadas a entrar em contato direto com alimento, matérias-primas alimentares, aditivos alimentares e coadjuvantes de tecnologia, no âmbito do Estado de Minas Gerais.</p>

	<p>Resolução RDC Nº 173 de 13/09/2006 Dispõe sobre o Regulamento Técnico de Boas Práticas para Industrialização e Comercialização de Água Mineral Natural e de Água Natural e a Lista de Verificação das Boas Práticas para Industrialização e Comercialização de Água Mineral Natural e de Água Natural.</p> <p>LEI Nº 8080, de 19/09/1990 Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.</p> <p>LEI nº13.317, de 24/09/1999 Contém o Código de Saúde do Estado de Minas Gerais</p>
<p>DROGARIAS COM SERVIÇO DE IMUNIZAÇÃO HUMANA</p>	<p>RESOLUÇÃO-RDC Nº 44, DE 17 DE AGOSTO DE 2009 Dispõe sobre Boas Práticas Farmacêuticas para o controle sanitário do funcionamento, da dispensação e da comercialização de produtos e da prestação de serviços farmacêuticos em farmácias e drogarias e dá outras providências.</p> <p>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 9, DE 17/08/2009 Dispõe sobre a relação de produtos permitidos para dispensação e comercialização em farmácias e drogarias;</p> <p>RESOLUÇÃO - RDC Nº 41, DE 26 DE JULHO DE 2012</p>

	<p>Altera Resolução RDC Nº 44, de 17 de agosto de 2009, que dispõe sobre Boas Práticas Farmacêuticas para o controle sanitário do funcionamento, da dispensação e da comercialização de produtos e da prestação de serviços farmacêuticos em farmácias e drogarias e dá outras providências, e revoga a Instrução Normativa IN nº 10, de 17 de agosto de 2009.</p> <p>PORTARIA Nº 344, DE 12 DE MAIO DE 1998</p> <p>Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial.</p> <p>Portaria n.º 6 de 29 de janeiro de 1999</p> <p>Aprova a Instrução Normativa da Portaria SVS/MS n.º 344 de 12 de maio de 1998 que instituiu o Regulamento Técnico das substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial.</p> <p>Resolução nº 22 de 28 de abril de 2014</p> <p>Dispõe sobre o Sistema Nacional de Gerenciamento de Produtos Controlados –SNGPC, estabelece a implantação do módulo para drogarias e farmácias e dá outras providências;</p> <p>Resolução RDC nº 52, de 06 de outubro de 2011</p> <p>Dispõe sobre a proibição do uso das substâncias anfepramona, femproporex e mazindol, seus sais e isômeros, bem como intermediários e medidas de controle da prescrição e dispensação de medicamentos que contenham a substância sibutramina, seus sais e isômeros, bem como intermediários e dá outras providências.</p> <p>Resolução RDC nº 471, de 23 de Fevereiro de 2021</p> <p>Dispõe os critérios para a prescrição, dispensação, controle, embalagem e rotulagem de</p>
--	--

	<p>medicamentos à base de substância classificadas como antimicrobianos de uso sob prescrição, isolados ou em associação, listadas em instrução Normativa específica;</p> <p>Resolução RDC nº 275, de 09 de Abril de 2019</p> <p>Dispõe sobre procedimentos para a concessão, alteração e cancelamento da Autorização de Funcionamento (AFE) e de Autorização Especial (AE) de farmácias e drogarias;</p> <p>Instrução Normativa nº 2, de 13 de Janeiro de 2010</p> <p>Institui o protocolo eletrônico (on Line)para peticionamento de Concessão, Renovação, Cancelamento e Pedido, Alteração, Retificação de Publicação e Reconsideração de Indeferimento da Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) dos estabelecimentos de comércio varejista de medicamentos: farmácias e drogarias;</p> <p>RESOLUÇÃO - RDC Nº 222, DE 28 DE MARÇO DE 2018</p> <p>Dispões sobre o regulamento Técnico para o Gerenciamento de resíduos de serviços de saúde;</p> <p>Portaria Nº 93, de 24 de agosto de 1993</p> <p>Placa informática para ser exposta em farmácias e drogarias</p> <p>Lei Nº 5.991, de 17 de setembro de 1973</p> <p>Dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos;</p> <p>LEI nº13.317, de 24/09/1999</p> <p>Contém o Código de Saúde do Estado de Minas Gerais</p> <p>ANEXO 16 , de 07/07/2006 SES/MG</p> <p>Requisito observados em projetos de construção e ampliação de área física de drogarias;</p>
--	--

	<p>Resolução RDC ANVISA 197, de 26 dezembro de 2017 Dispõe sobre os requisitos mínimos para o funcionamento dos serviços de vacinação humana;</p>
<p>DROGARIAS COM SERVIÇOS DE DRUGSTORE</p>	<p>RESOLUÇÃO-RDC Nº 44, DE 17 DE AGOSTO DE 2009 Dispõe sobre Boas Práticas Farmacêuticas para o controle sanitário do funcionamento, da dispensação e da comercialização de produtos e da prestação de serviços farmacêuticos em farmácias e drogarias e dá outras providências.</p> <p>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 9, DE 17/08/2009 Dispõe sobre a relação de produtos permitidos para dispensação e comercialização em farmácias e drogarias;</p> <p>RESOLUÇÃO - RDC Nº 41, DE 26 DE JULHO DE 2012 Altera Resolução RDC Nº 44, de 17 de agosto de 2009, que dispõe sobre Boas Práticas Farmacêuticas para o controle sanitário do funcionamento, da dispensação e da comercialização de produtos e da prestação de serviços farmacêuticos em farmácias e drogarias e dá outras providências, e revoga a Instrução Normativa IN nº 10, de 17 de agosto de 2009.</p> <p>PORTARIA Nº 344, DE 12 DE MAIO DE 1998</p>

	<p>Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial.</p> <p>Portaria n.º 6 de 29 de janeiro de 1999</p> <p>Aprova a Instrução Normativa da Portaria SVS/MS n.º 344 de 12 de maio de 1998 que instituiu o Regulamento Técnico das substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial.</p> <p>Resolução n.º 22 de 28 de abril de 2014</p> <p>Dispõe sobre o Sistema Nacional de Gerenciamento de Produtos Controlados –SNGPC, estabelece a implantação do módulo para drogarias e farmácias e dá outras providências;</p> <p>Resolução RDC n.º 52, de 06 de outubro de 2011</p> <p>Dispõe sobre a proibição do uso das substâncias anfepramona, femproporex e mazindol, seus sais e isômeros, bem como intermediários e medidas de controle da prescrição e dispensação de medicamentos que contenham a substância sibutramina, seus sais e isômeros, bem como intermediários e dá outras providências.</p> <p>Resolução RDC n.º 471, de 23 de Fevereiro de 2021</p> <p>Dispõe os critérios para a prescrição, dispensação, controle, embalagem e rotulagem de medicamentos à base de substância classificadas como antimicrobianos de uso sob prescrição, isolados ou em associação, listadas em instrução Normativa específica;</p> <p>Resolução RDC n.º 275, de 09 de Abril de 2019</p> <p>Dispõe sobre procedimentos para a concessão, alteração e cancelamento da Autorização de Funcionamento (AFE) e de Autorização Especial (AE) de farmácias e drogarias;</p> <p>Instrução Normativa n.º 2, de 13 de Janeiro de 2010</p>
--	--

	<p>Institui o protocolo eletrônico (on Line)para peticionamento de Concessão, Renovação, Cancelamento e Pedido, Alteração, Retificação de Publicação e Reconsideração de Indeferimento da Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) dos estabelecimentos de comércio varejista de medicamentos: farmácias e drogarias;</p> <p>RESOLUÇÃO - RDC Nº 222, DE 28 DE MARÇO DE 2018 Dispões sobre o regulamento Técnico para o Gerenciamento de resíduos de serviços de saúde;</p> <p>Portaria Nº 93, de 24 de agosto de 1993 Placa informática para ser exposta em farmácias e drogarias</p> <p>Lei Nº 5.991, de 17 de setembro de 1973 Dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos;</p> <p>LEI nº13.317, de 24/09/1999 Contém o Código de Saúde do Estado de Minas Gerais</p> <p>ANEXO 16 , de 07/07/2006 SES/MG Requisito observados em projetos de construção e ampliação de área física de drogarias;</p> <p>Lei nº 18.679, de 23 de dezembro de 2009 Dispõe sobre o comércio de artigos de conveniência e a prestação de serviços em farmácias e drogarias;</p>
	<p>Resolução RDC nº 302, de 13 de outubro de 2005</p>

<p>LABORATÓRIOS DE ANÁLISESE CLÍNICAS, LABORATÓRIO DE ANATOMIA PATOLÓGICA E CITOPATOLOGIAS E POSTOS DE COLETA</p>	<p>Dispões sobre o regulamento técnico para funcionamento de Laboratórios Clínicos</p> <p>Resolução RDC 50, de 21 de fevereiro de 2002</p> <p>Dispõe sobre o regulamento técnico para planejamento, programação, elaboração e avaliação de projetos físicos de estabelecimentos de assistência de saúde</p> <p>Resolução - RDC Nº 222, DE 28 DE MARÇO DE 2018</p> <p>Dispões sobre o regulamento Técnico para o Gerenciamento de resíduos de serviços de saúde;</p>
<p>DISTRIBUIDORA E TRANSPORTADORA DE INSUMOS FARMACÊUTICOS / MEDICAMENTOS</p>	<p>Resolução RDC nº 430, de 08 de outubro de 2020</p> <p>Dispõe sobre as Boas Práticas de Distribuição, Armazenagem e de transporte de Medicamentos</p> <p>Resolução RDC nº 16, de 01 de abril de 2014</p> <p>Dispõe sobre os Critérios para Peticionamento de Autorização de Funcionamento (AFE) e Autorização especial (AE) de Empresas</p> <p>Resolução SES/MG nº 5815 de 18 de Julho de 2017</p> <p>Estabelece requisitos mínimos para o cumprimento das Boas Práticas de fracionamento, armazenamento, distribuição e transporte de produtos sob controle sanitário e seus insumos,</p>

	<p>exceto alimentos, no âmbito do Estado de Minas Gerais;</p> <p>Resolução - RDC Nº 222, DE 28 DE MARÇO DE 2018</p> <p>Dispões sobre o regulamento Técnico para o Gerenciamento de resíduos de serviços de saúde;</p>
<p>DISTRIBUIDORA /TRANSPORTADORA DE COSMÉTICOS , PRODUTOS DE HIGIENE E PERFUMES, SANEANTES DOMISSANITÁRIOS E CORRELATOS</p>	<p>Resolução SES/MG nº 5815 de 18 de Julho de 2017</p> <p>Estabelece requisitos mínimos para o cumprimento das Boas Práticas de fracionamento, armazenamento, distribuição e transporte de produtos sob controle sanitário e seus insumos, exceto alimentos, no âmbito do Estado de Minas Gerais;</p> <p>Resolução RDC nº 16, de 01 de abril de 2014</p> <p>Dispõe sobre os Critérios para Peticionamento de Autorização de Funcionamento (AFE) e Autorização especial (AE) de Empresas</p> <p>Resolução - RDC Nº 222, DE 28 DE MARÇO DE 2018</p> <p>Dispões sobre o regulamento Técnico para o Gerenciamento de resíduos de serviços de saúde;</p>
	<p>LEI Nº 6.360, DE 23 DE SETEMBRO DE 1976</p> <p>Dispõe sobre a Vigilância Sanitária a que ficam sujeitos os Medicamentos, as Drogas, os Insumos Farmacêuticos e Correlatos, Cosméticos, Saneantes e Outros Produtos, e dá outras Providências.</p>

<p style="text-align: center;">PERFUMARIA</p>	<p>DECRETO FEDERAL 79.094, DE 05 DE Janeiro de 1977</p> <p>REGULAMENTA A LEI 6.360, DE 23 DE SETEMBRO DE 1976, QUE SUBMETE A SISTEMA DE VIGILANCIA SANITARIA OS MEDICAMENTOS, INSUMOS FARMACEUTICOS, DROGAS, CORRELATOS, COSMETICOS, PRODUTOS DE HIGIENE, SANEANTES E OUTROS.</p> <p>LEI FEDERAL 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990 Código de defesa do consumidor</p> <p>LEI nº13.317, de 24/09/1999 Contém o Código de Saúde do Estado de Minas Gerais.</p>
<p>ESTABELECIMENTOS DE BELEZA, ESCOLAS DE EMBELEZAMENTO, TÉCNICOS EM ESTÉTICA E PODÓLOGOS</p>	<p>LEI Nº 6.360, DE 23 DE SETEMBRO DE 1976</p> <p>Dispõe sobre a Vigilância Sanitária a que ficam sujeitos os Medicamentos, as Drogas, os Insumos Farmacêuticos e Correlatos, Cosméticos, Saneantes e Outros Produtos, e dá outras Providências.</p> <p>DECRETO FEDERAL 79.094, DE 05 DE Janeiro de 1977</p> <p>REGULAMENTA A LEI 6.360, DE 23 DE SETEMBRO DE 1976, QUE SUBMETE A SISTEMA DE VIGILANCIA SANITARIA OS MEDICAMENTOS, INSUMOS FARMACEUTICOS, DROGAS, CORRELATOS, COSMETICOS, PRODUTOS DE HIGIENE, SANEANTES E OUTROS.</p> <p>LEI FEDERAL 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990 Código de defesa do consumidor</p>

	<p>LEI nº13.317, de 24/09/1999 Contém o Código de Saúde do Estado de Minas Gerais.</p> <p>Resolução - RDC Nº 222, DE 28 DE MARÇO DE 2018</p> <p>Dispões sobre o regulamento Técnico para o Gerenciamento de resíduos de serviços de saúde</p> <p>LEI FEDERAL Nº 3.968, DE 05 DE OUTUBRO DE 1961 DISPÕE SOBRE O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO DE MASSAGISTA, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.</p> <p>LEI FEDERAL Nº 12.592, DE 18 DE JANEIRO DE 2012</p> <p>Dispõe sobre o exercício das atividades profissionais de Cabeleireiro, Barbeiro, Esteticista, Manicure, Pedicure, Depilador e Maquiador.</p> <p>LEI FEDERAL 13.643, DE 03 DE ABRIL DE 2018</p> <p>Regulamenta as profissões de Esteticista, que compreende o Esteticista e Cosmetólogo, e de Técnico em Estética.</p> <p>LEI ORDINÁRIA Nº3.451, DE 16 DE JUNHO 1998 COM EMENDAS DADAS PELA LEI ORDINÁRIA Nº 3591, DE 09 DE JUNHO DE 199</p> <p>INSTITUI O CÓDIGO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE - MG.</p> <p>RESOLUÇÃO Nº 288, DE 15 DE MARÇO DE 2018</p> <p>Regulamenta ou Disciplina a inscrição de profissionais Tecnólogos em Podologia e de Técnicos</p>
--	--

	<p>Podólogos, na área de saúde e afins, e dá outras providências.</p> <p>MANUAL DE PROCEDIMNETO DE ARTIGOS E SUPERFICIES EM ESTABELECIMNETOS DE SAÚDE .2º EDIÇÃO – BRASÍLIA , 1994(BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. COORDENAÇÃO DE CONTROLE DE INFECCÃO HOSPITALAR)- ESTERILIZAÇÃO EM GERAL</p>
<p>COMÉRCIO VAREJISTA DE SUPLEMENTOS ALIMENTARES</p>	<p>Resolução da Diretoria Colegiada – RDC nº153, de 26 de abril de 2017 Dispõe sobre a classificação de risco para as atividades econômicas sujeitas à vigilância sanitária, para fins de licenciamento, e dá outras providências</p> <p>Instrução Normativa –IN nº 16 de 26 de abril de 2017 Dispõe sobre a lista de classificação Nacional de Atividades Econômicas –CNAE classificadas por grau de risco para fins de licenciamento sanitário</p> <p>Resolução da Diretoria Colegiada-RDC Nº 239, de 26 de julho de 2018 Estabelece os aditivos alimentares e coadjuvantes de tecnologia autorizados para o uso em suplementos alimentares</p>
<p>ESTÚDIOS DE TATUAGEM E COLOCAÇÃO DE PIERCING</p>	<p>Lei Nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências;</p> <p>Resolução - RDC Nº 222, DE 28 DE MARÇO DE 2018</p> <p>Dispões sobre o regulamento Técnico para o Gerenciamento de resíduos de serviços de saúde</p>

<p>ÓTICAS E LABORATÓRIOS ÓTICOS</p>	<p>Lei Estadual Nº 15.177, de 16 de junho de 2004 Disciplina sobre a comercialização de óculos de proteção solar e óculos de grau</p> <p>Decreto Nº 24.492, de 28 de junho de 1934 Baixa instruções sobre o decreto Nº 20.931, de 11 de janeiro de 1932 na parte relativa à venda de lentes de grau;</p> <p>Resolução SES/MG Nº 154, de 30 de agosto de 1995 Regulamenta o licenciamento de estabelecimentos óticos e dá outras providências</p>
<p>ATIVIDADES VETERINÁRIAS</p>	<p>RESOLUÇÃO - RDC Nº 222, DE 28 DE MARÇO DE 2018 Regulamenta as Boas Práticas de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde e dá outras providências.</p> <p>PORTARIA Nº 344, DE 12 DE MAIO DE 1998(*) Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial.</p> <p>RESOLUÇÃO - RDC Nº 330, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2019 SERVIÇOS DE RADIOLOGIA</p> <p>RESOLUÇÃO Nº 1.275, DE 25 DE JUNHO DE 2019 Conceitua e estabelece condições para o funcionamento de Estabelecimentos Médico-Veterinários de atendimento a animais de estimação de pequeno porte e dá outras providências.</p> <p>LEI nº13.317, de 24/09/1999 Contém o Código de Saúde do Estado de Minas Gerais</p>

<p>LAVANDERIAS HOSPITALARES E INDÚSTRIAS</p>	<p>Resolução RDC Nº 50, de 21 de fevereiro de 2002 Dispõe sobre o Regulamento Técnico para planejamento, programação, elaboração e avaliação de projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde</p> <p>Resolução RDC Nº 6, de 30 de janeiro de 2012 Dispõe sobre as Boas Práticas de Funcionamento para as Unidades de Processamento de Roupas de Serviços de Saúde e dá outras providências.</p>
<p>AGRICULTURA FAMILIAR</p>	<p>RESOLUÇÃO SES/MG Nº 6.362, DE 08 DE AGOSTO DE 2018. Estabelece procedimentos para o licenciamento sanitário do microempreendedor individual, do empreendimento familiar rural e do empreendimento econômico solidário, que exercem atividades de baixo risco sanitário na área de Alimentos;</p> <p>LEI 19476, DE 11/01/2011 DE 11/01/2011 (TEXTO ATUALIZADO) Dispõe sobre a habilitação sanitária de estabelecimento agroindustrial de pequeno porte no Estado e dá outras providências. (Ementa com redação dada pelo art. 20 da Lei nº 22.920, de 12/1/2018.)</p> <p>RDC Nº49, DE 31 DE OUTUBRO DE 2013 Dispõe sobre a regularização para o exercício de atividade de interesse sanitário do microempreendedor individual, do empreendimento familiar rural e do empreendimento econômico solidário.</p> <p>DECRETO 45821, DE 19/12/2011 - TEXTO ORIGINAL Dispõe sobre a habilitação sanitária do agricultor familiar e do estabelecimento agroindustrial rural de pequeno porte e dá outras providências</p> <p>LEI nº13.317, de 24/09/1999 Contém o Código de Saúde do Estado de Minas Gerais</p> <p>RDC nº. 259 de 20/12/2002 Aprovar o Regulamento Técnico sobre Rotulagem de Alimentos Embalados</p>
<p>FUNÉRARIAS</p>	<p>Resolução SES/MG Nº 4.798, de 29 de maio de 2015 Institui Regulamento Técnico que disciplina as condições mínimas para instalação, funcionamento e licenciamento de estabelecimentos prestadores de serviços funerários e congêneres, públicos ou privados, no Estado de Minas Gerais.</p>

DEDETIZADORAS	<p>Resolução RDC Nº 52, de 22 de outubro de 2009 Dispõe sobre o funcionamento de empresas especializadas na prestação de serviço de controle de vetores e pragas urbanas e dá outras providências</p>
HOTÉIS/MOTÉIS	<p>Resolução RDC Nº216, de 15 de setembro 2004 Dispõe sobre Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação.</p> <p>LEI nº13.317, de 24/09/1999 Contém o Código de Saúde do Estado de Minas Gerais</p> <p>LEI ORDINÁRIA Nº3.451, DE 16 DE JUNHO 1998 COM EMENDAS DADAS PELA LEI ORDINÁRIA Nº 3591, DE 09 DE JUNHO DE 1999</p> <p>INSTITUI O CÓDIGO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE - MG</p>
TABACARIA	<p>LEI nº13.317, de 24/09/1999 Contém o Código de Saúde do Estado de Minas Gerais</p> <p>Resolução RDC Nº 195, de 14 de dezembro 2017 Dispõe sobre embalagens e advertências sanitárias para produtos fumígenos derivados do tabaco.</p> <p>Resolução RDC Nº 213, de 23 de janeiro 2018 Dispõe sobre a exposição à venda e a comercialização de produtos fumígenos derivados do tabaco</p> <p>Resolução RDC Nº 226, de 30 de abril de 2018 Dispõe sobre o registro de produtos fumígenos derivados do tabaco.</p>

	<p>Resolução RDC Nº 46, de 28 de agosto de 2009 Proíbe a comercialização, a importação e a propaganda de quaisquer dispositivos eletrônicos para fumar, conhecidos como cigarro eletrônico.</p>
MERCEARIAS / SUPERMERCADO	<p>Resolução RDC 259, de 20 de setembro de 2002 Rotulagem de alimentos</p> <p>LEI nº13.317, de 24/09/1999 Contém o Código de Saúde do Estado de Minas Gerais</p> <p>Resolução SES/MG Nº 7.123, de 27 de maio de 2020 Divulga o Regulamento Técnico de Boas Práticas para estabelecimentos que realizam comércio varejista de carnes, no âmbito do Estado de Minas Gerais.</p> <p>INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA Nº 09 de 12 de novembro de 2002 Acondicionamento, manuseio e comercialização dos produtos hortícolas “in natura”</p> <p>Resolução RDC Nº216, de 15 de setembro 2004 Dispõe sobre Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação</p> <p>Resolução SES/MG Nº 6458, de 05 de novembro de 2018 Divulga o Regulamento Técnico que estabelece os requisitos mínimos de Boas Práticas de armazenamento, distribuição e transporte de alimentos, incluindo as bebidas e água para consumo humano, embalagens destinadas a entrar em contato direto com alimento, matérias-primas alimentares, aditivos alimentares e coadjuvantes de tecnologia, no âmbito do Estado de Minas Gerais.</p>

	<p>LEI ORDINÁRIA Nº3.451, DE 16 DE JUNHO 1998 COM EMENDAS DADAS PELA LEI ORDINÁRIA Nº 3591, DE 09 DE JUNHO DE 1999</p> <p>INSTITUI O CÓDIGO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE - MG</p> <p>Informe técnico Nº45, de 28 de dezembro de 2010 Esclarecimentos sobre a regulamentação de chás</p> <p>Decreto Nº 10.468, de 18 de agosto de 2020 Altera o Decreto nº 9.013, de 29 de março de 2017, que regulamenta a Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, e a Lei nº 7.889, de 23 de novembro de 1989, que dispõem sobre o regulamento da inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal.</p> <p>Decreto Lei 986, de 21 de outubro de 1969 Institui normas básicas sobre alimentos</p> <p>Lei federal 13.680, de 14 de junho de 2018 Altera a Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, para dispor sobre o processo de fiscalização de produtos alimentícios de origem animal produzidos de forma artesanal</p> <p>Instrução normativa Nº 67, de 10 de dezembro de 2019</p> <p>Decreto Nº 5.741, de 30 de março de 2006 Regulamenta os arts. 27-A, 28-A e 29-A da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, organiza o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária, e dá outras providências.</p> <p>Portaria Nº 1.355, de 21 de outubro de 2013 Fica instituído o Sistema Estadual de Inspeção de Minas Gerais – SISEI-MG, e definido o</p>
--	--

	<p>procedimento para adesão das Prefeituras Municipais, individualmente ou por meio de consórcio previsto na Lei Federal nº 11107, de 6 de abril de 2005, regulamentada pelo Decreto nº 6017, de 17 de janeiro de 2007.</p> <p>Resolução CISA/MA/MS nº 10, de 31 de julho de 1984 Dispõe sobre instruções para conservação nas fases de transporte, comercialização e consumo dos alimentos perecíveis, industrializados ou beneficiados, acondicionados em embalagens, exige que as validades dos alimentos sejam definidas antes da comercialização;</p> <p>Resolução RDC 23, de 15 de março de 2000 Aprovar o Regulamento Técnico sobre o Manual de Procedimentos Básicos para Registro e Dispensa da Obrigatoriedade de Registro de Produtos Pertinentes à Área de Alimentos constante do Anexo desta Resolução</p> <p>Resolução RDC 259, de 20 de setembro de 2002 Aprova o regulamento técnico sobre rotulagem de alimentos</p> <p>Resolução RDC 359, de 23 de dezembro de 2003 Aprova regulamento técnico de porções de alimentos embalados para fins de rotulagem nutricional</p> <p>Resolução RDC 360, de 23 de dezembro de 2003 Aprova regulamento técnico sobre rotulagem de alimentos embalados, tornando obrigatória a rotulagem nutricional;</p> <p>Resolução RDC Nº 40, de 26 de julho de 2018 Altera a Resolução 27 de 06 de agosto de 2010, que dispõe sobre as categorias de alimentos e embalagens isentos e com obrigatoriedade de registro sanitário</p>
--	---

	<p>Lei Federal Nº 10.674, de 16 de maio de 2003 Obriga a que os produtos alimentícios comercializados informem sobre a presença de glúten</p> <p>Resolução SES 531 de 12 de abril de 1993 Dispõe sobre a restrição de comercialização de medicamentos para uso humano e veterinário em estabelecimento que comercializem alimentos, em supermercados , restaurantes, bares e similares</p>
HORTIFRUTI	<p>LEI nº13.317, de 24/09/1999 Contém o Código de Saúde do Estado de Minas Gerais</p> <p>INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA Nº 09 de 12 de novembro de 2002 Acondicionamento, manuseio e comercialização dos produtos hortícolas “in natura”</p>
PADARIAS E CONFEITARIAS	<p>Resolução RDC Nº216, de 15 de setembro 2004 Dispõe sobre Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação</p> <p>Resolução RDC 259, de 20 de setembro de 2002 Rotulagem de alimentos</p> <p>Resolução SES/MG Nº 6.458, de 05 de novembro de 2018 Divulga o Regulamento Técnico que estabelece os requisitos mínimos de Boas Práticas de armazenamento, distribuição e transporte de alimentos, incluindo as bebidas e água para consumo humano, embalagens destinadas a entrar em contato direto com alimento, matérias-primas alimentares, aditivos alimentares e coadjuvantes de tecnologia, no âmbito do Estado de Minas Gerais</p> <p>Lei 10.674, de 16 de maio de 2003</p>

	<p>Obriga a que os produtos alimentícios comercializados informem sobre a presença de glúten, como medida preventiva e de controle da doença celíaca.</p> <p>Resolução RDC Nº 136, de 08 de fevereiro de 2017 Estabelece os requisitos para declaração obrigatória da presença de lactose nos rótulos dos alimentos.</p> <p>Decreto lei 986, de 21 de outubro de 1969 Institui normas básicas sobre alimentos.</p> <p>Resolução RDC Nº 218, de 29 de julho de 2005 Dispõe sobre o Regulamento Técnico de Procedimentos Higiênico Sanitários para Manipulação de Alimentos e Bebidas Preparados com Vegetais.</p> <p>LEI FEDERAL 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990 Código de defesa do consumidor</p> <p>INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA Nº 09 de 12 de novembro de 2002 Acondicionamento, manuseio e comercialização dos produtos hortícolas “in natura”</p> <p>PORTARIA DE CONSOLIDAÇÃO Nº 5, DE 28 DE SETEMBRO DE 2017 Consolidação das normas sobre as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde</p>
RESTAURANTES	<p>LEI ESTADUAL nº 13.317 de 24/09//99 – Código de Saúde do Estado de Minas Gerais</p> <p>DECRETO FEDERAL nº 8.262 de 31/05/2014 Altera o Decreto nº. 2.018 de 07/10/1996, que regulamenta a Lei nº. 9.294 de 15/07/1996 –</p>

	<p>TABAGISMO.</p> <p>RDC 216/ANVISA de 15/09/2004 Regulamento Técnico para Serviço de Alimentação;</p> <p>RDC 218/ANVISA de 29/07/005 Regulamento Técnico de Procedimentos Higiênico-Sanitários para Manipulação de Alimentos e Bebidas Preparados com Vegetais;</p> <p>RDC 259/ANVISA, de 20/09/2002 Regulamento Técnico sobre Rotulagem de Alimentos Embalados.</p> <p>RDC nº 52/ANVISA de 22/10/2009 Regulamento Técnico para Funcionamento de Empresas Especializadas na Prestação de Serviço de Controle de Vetores e Pragas Urbanas.</p> <p>LEI MUNICIPAL 5118/11 Estabelece valores das penas de multa às infrações sanitárias e dá outras providências.</p> <p>RDC 275 de 21/10/2002 Regulamento técnico de boas práticas.</p> <p>RESOLUÇÃO SES MG 6458 DE 05/11/2018 Regulamento Técnico que estabelece os requisitos mínimos de Boas Práticas de armazenamento, distribuição e transporte de alimentos.</p>
--	---

	<p>PORTARIA MS Nº 5 DE 28/09/2017 Procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade.</p>
AÇOUGUES	<p>RESOLUÇÃO SES MG 7123 DE 27/05/20 Estabelece requisitos mínimos e diretrizes gerais de Boas Práticas para estabelecimentos que realizam comércio varejista de carnes, no âmbito do Estado de Minas Gerais.</p>
INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO/PRÉ ESCOLAS/CRECHES	<p>Constituição Federal de 1988 e suas emendas pertinentes</p> <p>Lei Federal Nº 8080, de 19 de setembro de 1990 Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.</p> <p>Lei Federal Nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências</p> <p>LEI ESTADUAL nº 13.317 de 24/09//99 – Código de Saúde do Estado de Minas Gerais</p> <p>Portaria 321, de 26 de maio de 1988 do Ministério da saúde Tem por objetivo estabelecer os requisitos gerais de projetos arquitetônicos para construção, instalação e funcionamento de creches, assim como fixar medidas de segurança para a criança que convive nesses ambientes, procurando proporcionar condições ideais para o seu</p>

	<p>crescimento e desenvolvimento;</p> <p>RDC 216/ANVISA de 15/09/2004 Regulamento Técnico para Serviço de Alimentação;</p> <p>Lei Estadual 15.072, de 05 de abril de 2004 Dispõe sobre a promoção da educação alimentar e nutricional nas escolas públicas e privadas</p> <p>LEI ORDINÁRIA Nº3.451, DE 16 DE JUNHO 1998 COM EMENDAS DADAS PELA LEI ORDINÁRIA Nº 3591, DE 09 DE JUNHO DE 1999</p> <p>INSTITUI O CÓDIGO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE - MG</p>
<p>CALDO DE CANA</p>	<p>Lei Federal Nº 8080, de 19 de setembro de 1990</p> <p>Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.</p> <p>LEI ESTADUAL nº 13.317 de 24/09//99 – Código de Saúde do Estado de Minas Gerais</p> <p>LEI ORDINÁRIA Nº3.451, DE 16 DE JUNHO 1998 COM EMENDAS DADAS PELA LEI ORDINÁRIA Nº 3591, DE 09 DE JUNHO DE 1999</p> <p>INSTITUI O CÓDIGO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE – MG</p>

	<p>Resolução RDC Nº 218, de 29 de julho de 2005</p> <p>Regulamento técnico de procedimentos higiênico sanitários para a manipulação de alimentos e bebidas preparados com vegetais</p>
<p>EMPRESAS DE RECICLAGEM</p>	<p>Lei Federal Nº 8080, de 19 de setembro de 1990</p> <p>Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização</p> <p>Lei Estadual nº 13.317 de 24/09//99 – Código de Saúde do Estado de Minas Gerais</p> <p>LEI ORDINÁRIA Nº3.451, DE 16 DE JUNHO 1998 COM EMENDAS DADAS PELA LEI ORDINÁRIA Nº 3591, DE 09 DE JUNHO DE 1999</p> <p>INSTITUI O CÓDIGO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE - MG</p> <p>Lei federal Nº 12.305, 02 de agosto de 2010</p> <p>Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, dispondo sobre seus princípios, objetivos e instrumentos, bem como sobre as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, incluídos os perigosos, às responsabilidades dos geradores e do poder público e aos instrumentos econômicos aplicáveis.</p>
	<p>Lei Federal Nº 8080, de 19 de setembro de 1990</p> <p>Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização</p>

LANCHONETES	<p>DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7/12/1940</p> <p>CÓDIGO PENAL (CAPÍTULO III - DOS CRIMES CONTRA A SAÚDE PÚBLICA)</p> <p>Lei Federal Nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências</p> <p>Resolução RDC Nº216, de 15 de setembro 2004 Dispõe sobre Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação</p> <p>Lei Estadual nº 13.317 de 24/09//99 – Código de Saúde do Estado de Minas Gerais</p> <p>Resolução RDC 259, de 20 de setembro de 2002 Rotulagem de alimentos</p> <p>LEI Nº 18.552, DE 04/12/2009</p> <p>ALTERA A LEI Nº 12.903, DE 23 DE JUNHO DE 1998, QUE DEFINE MEDIDAS PARA COMBATER O TABAGISMO NO ESTADO E PROÍBE O USO DO CIGARRO E SIMILARES NOS LOCAIS QUE MENCIONA.</p> <p>RESOLUÇÃO SES/MG Nº 6976, DE 19/12/2019</p> <p>DISPÕE SOBRE O USO DE MAIONESE CASEIRA E OUTROS MOLHOS EM BARES, LANCHONETES, RESTAURANTES, PIZZARIAS, TRAILERS DE LANCHES E DEMAIS ESTABELECIMENTOS SIMILARES, BEM COMO POR VENDEDORES AMBULANTES.</p>
ACADEMIAS/PISCINAS /ESCOLAS DE	LEI nº13.317, de 24/09/1999

DANÇA/PILATES	Contém o Código de Saúde do Estado de Minas Gerais.
CLINICAS MÉDICAS	<p>RESOLUÇÃO-RDC Nº 50, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2002 Dispõe sobre o Regulamento Técnico para planejamento, programação, elaboração e avaliação de projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde.</p> <p>LEI nº13.317, de 24/09/1999 Contém o Código de Saúde do Estado de Minas Gerais.</p> <p>LEI Nº 10.098, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000 Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.</p> <p>LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015 Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).</p> <p>LEI MUNICIPAL Nº 4.728/2008 (Norma gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida)</p> <p>RDC nº 222, DE 28 DE MARÇO DE 2018 Regulamenta as Boas Práticas de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde e dá outras providências.</p>
	<p>PORTARIA SVS/MS nº 1.428/MS, de 26/11/1993 Regulamento Técnico para Inspeção sanitária de Alimentos - COD-100 a 001.0001, as Diretrizes</p>

<p style="text-align: center;">INDÚSTRIA DE ALIMENTOS</p>	<p>para o Estabelecimento de Boas Práticas de Produção e de Prestação de Serviços na Área de Alimentos - COD- 100 a 002.0001, e o Regulamento Técnico para o Estabelecimento de Padrão de Identidade e Qualidade para Serviços e Produtos na Área de Alimentos- COD- 100 a 003.0001 e COD- 100 a 004.0001.</p> <p>PORTARIA SVS/MS nº. 326 de 30/07/1997 Regulamento Técnico sobre as Condições Higiênico-Sanitárias e de Boas Práticas de Fabricação para Estabelecimentos Produtores/Industrializadores de Alimentos.</p> <p>RDC nº. 275 de 21/10/2002 Regulamento Técnico de Procedimentos Operacionais Padronizados Aplicados aos Estabelecimentos Produtores/Industrializadores de Alimentos e Lista de Verificação de Boas Práticas de Fabricação em Estabelecimentos Produtores/Industrializadores de Alimentos.</p> <p>RDC nº. 23 de 15/03/2000, RDC nº. 27 de 05/08/2010 e RDC nº 240 de 26/07/2018 Categorias de Alimentos e Embalagens Isentos e com Obrigatoriedade de Registro Sanitário. (Anexo X).</p> <p>RDC nº. 259 de 20/12/2002 Aprovar o Regulamento Técnico sobre Rotulagem de Alimentos Embalados.</p> <p>RDC nº. 360 de 23/12/2003 aprovar o Regulamento Técnico sobre Rotulagem Nutricional de Alimentos Embalados.</p>
--	--

	<p>RDC nº 331, de 23/12/2019 Regulamento Técnico Sobre Padrões Microbiológicos Para Alimentos.</p> <p>INSTRUÇÃO NORMATIVA nº 60, de 23/12/2019 Lista de Padrões Microbiológicos para Alimentos</p> <p>RDC nº 24 de 08/06/2015 Dispõe sobre o recolhimento de alimentos e sua comunicação à Anvisa e aos consumidores.</p> <p>RDC nº. 173 de 13/09/2006 Regulamento Técnico de Boas Práticas para Industrialização e Comercialização de Água Mineral Natural e de Água Natural e a Lista de Verificação das Boas Práticas para Industrialização e Comercialização de Água Mineral Natural e de Água Natural – ÁGUA MINERAL</p> <p>RDC nº 267 de 25/09/2003 Regulamento Técnico de Boas Práticas de Fabricação para Estabelecimentos Industrializadores de Gelados Comestíveis. – GELADOS COMESTÍVEIS – SORVETES</p>
<p>COZINHAS INDUSTRIAIS</p>	<p>Resolução RDC Nº216, de 15 de setembro 2004 Dispõe sobre Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação</p> <p>Lei Estadual nº 13.317 de 24/09//99 Código de Saúde do Estado de Minas Gerais</p>

<p style="text-align: center;">CLÍNICA MÉDICA, AMBULATÓRIO E CONSULTÓRIO MÉDICO, SERVIÇO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA, POLICLÍNICA E UNIDADE DE ATENÇÃO PRIMÁRIA, TERAPIAS ALTERNATIVAS SERVIÇOS DE PSICOLOGIA, NUTRIÇÃO, FONOAUDIOLOGIA, FISIOTERAPIA, TERAPIA OCUPACIONAL, ENFERMAGEM, ACUPUNTURA E CLÍNICA DE ESTÉTICA COM RESPONSABILIDADE TÉCNICA</p>	<p>LEI ESTADUAL 13.317, 24/09/1999 <i>Código Estadual de Saúde;</i></p> <p>LEI 13.146, 06/07/2015 <i>Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).</i></p> <p>DECRETO 5296, 06/12/2004 <i>Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.</i></p> <p>RDC 50/2002; <i>Dispõe sobre o Regulamento Técnico para planejamento, programação, elaboração e avaliação de projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde.</i></p> <p>RDC 222/2018; <i>Regulamenta as Boas Práticas de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde e dá outras providências</i></p> <p>RDC 216/2004; <i>Dispõe sobre Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação.</i></p> <p>RDC 15/2012; <i>Dispõe sobre requisitos de boas práticas para o processamento de produtos para saúde e dá outras providências.</i></p> <p>RDC 63/2011; <i>Dispõe sobre os Requisitos de Boas Práticas de Funcionamento para os Serviços de Saúde</i></p>
---	--

	<p>RDC 42/2010; <i>Dispõe sobre a obrigatoriedade de disponibilização de preparação alcoólica para fricção antisséptica das mãos, pelos serviços de saúde do País, e dá outras providências.</i></p> <p>RDC 44/2010; <i>Dispõe sobre o controle de medicamentos à base de substâncias classificadas como antimicrobianos, de uso sob prescrição médica, isoladas ou em associação e dá outras providências.</i></p> <p>RDC 06/2012; <i>Dispõe sobre as Boas Práticas de Funcionamento para as Unidades de Processamento de Roupas de Serviços de Saúde e dá outras providências.</i></p> <p>RDC 36/2008; <i>Dispõe sobre as Boas Práticas de Funcionamento para as Unidades de Processamento de Roupas de Serviços de Saúde e dá outras providências.</i></p> <p>RDC Nº 51/2011; <i>Dispõe sobre os requisitos mínimos para a análise, avaliação e aprovação dos projetos físicos de estabelecimentos de saúde no Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS) e dá outras providências.</i></p> <p>PORTARIA Nº 2048/2002 <i>Estabelece os princípios e diretrizes dos Sistemas Estaduais de Urgência e Emergência, as normas e critérios de funcionamento,</i></p> <p>PORTARIA Nº 971/2006;</p>
--	--

	<p><i>Aprova a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no Sistema Único de Saúde.</i></p> <p>RDC nº 2/2010 <i>Dispõe sobre o gerenciamento de tecnologias em saúde em estabelecimentos de saúde.</i></p>
<p>SERVIÇOS FUNERÁRIOS (SOMATOCONSERVAÇÃO E TANATOPRAXIA)</p>	<p>Lei Estadual nº 15.758 ,de 4 de outubro de 2005 Regulamenta o transporte intermunicipal de cadáveres e ossadas humanas no Estado;</p> <p>Portaria MS/GM nº 1.405/2006 Institui a Rede Nacional de Serviços de Verificação de Óbitos e Esclarecimentos de Causa Mortis</p> <p>RDC 222/2018; <i>Regulamenta as Boas Práticas de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde e dá outras providências</i></p> <p>RDC 63/2011; <i>Dispõe sobre os Requisitos de Boas Práticas de Funcionamento para os Serviços de Saúde</i></p> <p>RDC 15/2012; <i>Dispõe sobre requisitos de boas práticas para o processamento de produtos para saúde e dá outras providências.</i></p> <p>RESOLUÇÃO SES/MG Nº 4798/2015 Institui Regulamento Técnico que disciplina as condições mínimas para instalação, funcionamento e licenciamento de estabelecimentos prestadores de serviços funerários e congêneres, públicos ou privados, no Estado de Minas Gerais.</p>

<p>SERVIÇO DE IMUNIZAÇÃO</p>	<p>RDC 197/2017 Dispõe sobre os requisitos mínimos para o funcionamento dos serviços de vacinação humana</p> <p>LEI ESTADUAL 13.317, 24/09/1999 <i>Código Estadual de Saúde;</i></p> <p>LEI 13.146, 06/07/2015 <i>Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).</i></p> <p>DECRETO 5296, 06/12/2004 <i>Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.</i></p> <p>RDC 50/2002; <i>Dispõe sobre o Regulamento Técnico para planejamento, programação, elaboração e avaliação de projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde.</i></p> <p>RDC 222/2018; <i>Regulamenta as Boas Práticas de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde e dá outras providências</i></p> <p>RDC 63/2011; <i>Dispõe sobre os Requisitos de Boas Práticas de Funcionamento para os Serviços de Saúde</i></p> <p>RDC 42/2010; <i>Dispõe sobre a obrigatoriedade de disponibilização de preparação alcoólica para fricção antisséptica das mãos, pelos serviços de saúde do País, e dá outras providências.</i></p> <p>RDC Nº 51/2011; <i>Dispõe sobre os requisitos mínimos para a análise, avaliação e aprovação dos projetos físicos de</i></p>
-------------------------------------	--

	<p><i>estabelecimentos de saúde no Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS) e dá outras providências.</i></p>
<p>SADT/ HOSPITAL DIA</p>	<p>Portaria 44/2001 Estabelece procedimento em regime de hospital dia</p> <p>LEI ESTADUAL 13.317, 24/09/1999 <i>Código Estadual de Saúde;</i></p> <p>LEI 13.146, 06/07/2015 <i>Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).</i></p> <p>DECRETO 5296, 06/12/2004 <i>Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.</i></p> <p>RDC 50/2002; <i>Dispõe sobre o Regulamento Técnico para planejamento, programação, elaboração e avaliação de projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde.</i></p> <p>RDC 222/2018; <i>Regulamenta as Boas Práticas de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde e dá outras providências</i></p> <p>RDC 216/2004; <i>Dispõe sobre Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação.</i></p>

	<p>RDC 15/2012; <i>Dispõe sobre requisitos de boas práticas para o processamento de produtos para saúde e dá outras providências.</i></p> <p>RDC 63/2011; <i>Dispõe sobre os Requisitos de Boas Práticas de Funcionamento para os Serviços de Saúde</i></p> <p>RDC 42/2010; <i>Dispõe sobre a obrigatoriedade de disponibilização de preparação alcoólica para fricção antisséptica das mãos, pelos serviços de saúde do País, e dá outras providências.</i></p> <p>RDC 44/2010; <i>Dispõe sobre o controle de medicamentos à base de substâncias classificadas como antimicrobianos, de uso sob prescrição médica, isoladas ou em associação e dá outras providências.</i></p> <p>RDC 06/2012; <i>Dispõe sobre as Boas Práticas de Funcionamento para as Unidades de Processamento de Roupas de Serviços de Saúde e dá outras providências.</i></p> <p>RDC 36/2008; <i>Dispõe sobre as Boas Práticas de Funcionamento para as Unidades de Processamento de Roupas de Serviços de Saúde e dá outras providências.</i></p> <p>RDC Nº 51/2011; <i>Dispõe sobre os requisitos mínimos para a análise, avaliação e aprovação dos projetos físicos de estabelecimentos de saúde no Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS) e dá outras providências.</i></p>
--	--

<p>ILPI / CENTRO DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO</p>	<p>LEI ESTADUAL 13.317, 24/09/1999 <i>Código Estadual de Saúde;</i></p> <p>LEI 13.146, 06/07/2015 <i>Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).</i></p> <p>DECRETO 5296, 06/12/2004 <i>Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.</i></p> <p>RDC 50/2002; <i>Dispõe sobre o Regulamento Técnico para planejamento, programação, elaboração e avaliação de projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde.</i></p> <p>RDC 222/2018; <i>Regulamenta as Boas Práticas de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde e dá outras providências</i></p> <p>RDC 216/2004; <i>Dispõe sobre Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação.</i></p> <p>RDC 15/2012; <i>Dispõe sobre requisitos de boas práticas para o processamento de produtos para saúde e dá outras providências.</i></p> <p>RDC 63/2011;</p>
---	--

	<p><i>Dispõe sobre os Requisitos de Boas Práticas de Funcionamento para os Serviços de Saúde</i> RDC 42/2010; <i>Dispõe sobre a obrigatoriedade de disponibilização de preparação alcoólica para fricção antisséptica das mãos, pelos serviços de saúde do País, e dá outras providências.</i></p> <p>RDC 44/2010; <i>Dispõe sobre o controle de medicamentos à base de substâncias classificadas como antimicrobianos, de uso sob prescrição médica, isoladas ou em associação e dá outras providências.</i></p> <p>RDC 06/2012; <i>Dispõe sobre as Boas Práticas de Funcionamento para as Unidades de Processamento de Roupas de Serviços de Saúde e dá outras providências.</i></p> <p>RDC 36/2008; <i>Dispõe sobre as Boas Práticas de Funcionamento para as Unidades de Processamento de Roupas de Serviços de Saúde e dá outras providências.</i></p> <p>RDC Nº 51/2011; <i>Dispõe sobre os requisitos mínimos para a análise, avaliação e aprovação dos projetos físicos de estabelecimentos de saúde no Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS) e dá outras providências.</i></p> <p>RDC 283/05 Estabelecer o padrão mínimo de funcionamento das Instituições de Longa Permanência para Idosos.</p>
CAPS / COMUNIDADE TERAPÊUTICA	LEI ESTADUAL Nº 13.317 DE 24/09//99 – Código de Saúde do Estado de Minas Gerais

	<p>RDC 29/2011 Funcionamento de instituições que prestam serviços as pessoas com transtornos decorrentes do uso , abuso ou dependência de substancias psicoativas.</p> <p>RESOLUÇÃO-RDC Nº 50, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2002 Dispõe sobre o Regulamento Técnico para planejamento, programação, elaboração e avaliação de projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde.</p> <p>RDC nº 222, DE 28 DE MARÇO DE 2018 Regulamenta as Boas Práticas de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde e dá outras providências.</p> <p>Portaria GM/MS nº 816/2002, Instituir, no âmbito do Sistema Único de Saúde, o Programa Nacional de Atenção Comunitária Integrada a Usuários de Álcool e Outras Drogas, a ser desenvolvido de forma articulada pelo Ministério da Saúde e pelas Secretarias de Saúde dos estados, Distrito Federal e municípios;</p> <p>PORTARIA SAS/MS Nº 305/2002, Dispõe sobre as Normas de Funcionamento e Cadastramento de Centros de Atenção Psicossocial para Atendimento de Pacientes com Transtornos Causados pelo Uso Prejudicial e/ou Dependência de Álcool e Outras Drogas</p> <p>RDC 63/2011; Dispõe sobre os Requisitos de Boas Práticas de Funcionamento para os Serviços de Saúde</p> <p>Portaria/ MS nº 3089/2011</p> <p>RDC 15/2012; Dispõe sobre requisitos de boas práticas para o processamento de produtos para saúde e dá</p>
--	---

	outras providências
SERVIÇO DE REMOÇÃO	<p>Lei Estadual nº 13.317 de 24/09/99 Código de Saúde do Estado de Minas Gerais</p> <p>Portaria MS nº 344/98, Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial.</p> <p>Portaria MS nº 2616 de 12/05/98, Dispõe sobre a obrigatoriedade da manutenção pelos hospitais do país, de Programa de Controle de Infecções Hospitalares</p> <p>RDC 222/2018; Regulamenta as Boas Práticas de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde e dá outras providências</p> <p>RDC 42/2010; Dispõe sobre a obrigatoriedade de disponibilização de preparação alcoólica para fricção antisséptica das mãos, pelos serviços de saúde do País, e dá outras providências.</p> <p>PORTARIA Nº 2048/2002 Estabelece os princípios e diretrizes dos Sistemas Estaduais de Urgência e Emergência, as normas e critérios de funcionamento</p> <p>RDC nº 2/2010 Dispõe sobre o gerenciamento de tecnologias em saúde em estabelecimentos de saúde.</p>

	<p>Resolução RDC nº 40/2010. Dispõe sobre o gerenciamento de tecnologias em saúde em estabelecimentos de saúde.</p>
<p>LEGISLAÇÃO GERAL</p>	<p>Lei Estadual nº 13.317 de 24/09//99 Código de Saúde do Estado de Minas Gerais</p> <p>Lei Federal Nº 8080, de 19 de setembro de 1990 Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização</p> <p>Lei Federal Nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências</p> <p>LEI Nº 18.552, DE 04/12/2009 ALTERA A LEI Nº 12.903, DE 23 DE JUNHO DE 1998, QUE DEFINE MEDIDAS PARA COMBATER O TABAGISMO NO ESTADO E PROÍBE O USO DO CIGARRO E SIMILARES NOS LOCAIS QUE MENCIONA.</p> <p>LEI ORDINÁRIA Nº3.451, DE 16 DE JUNHO 1998 COM EMENDAS DADAS PELA LEI ORDINÁRIA Nº 3591, DE 09 DE JUNHO DE 1999 INSTITUI O CÓDIGO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE - MG</p>